

Anexo 1 - Propostas de alteração ao Regulamento das Desocupações de Habitações Municipais (alterações à direita, [em cor azul, sublinhado](#))

Artigo 3.º

Definições

Para efeitos do presente regulamento considera-se:

- a) «Ocupação não autorizada», a utilização de uma habitação municipal sem autorização ou à revelia da Entidade Gestora;
- b) «Coabitante», aquele que reside numa habitação municipal com o devido reconhecimento da Entidade Gestora;
- c) «Rendimento mensal corrigido (RMC)», o rendimento mensal bruto deduzido de uma quantia igual a três décimos da retribuição mínima mensal garantida, no caso do primeiro dependente e de um décimo por cada um dos outros dependentes, sendo a dedução acrescida de um décimo por cada dependente que, comprovadamente, possua qualquer forma de incapacidade permanente;
- d) «IAS», o indexante de apoios sociais, criado pela Lei n.º 53-B/2006, de 29 de Dezembro, e fixado anualmente nos termos da portaria em vigor.
- e) «Rede Social», fórum de articulação e congregação de esforços baseado na adesão por parte das autarquias e de entidades públicas ou privadas com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e à promoção do desenvolvimento social. Está regulada pelo Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho.

Artigo 4º

Desocupação

1. A Entidade Gestora procede à desocupação de todas as ocupações não autorizadas.

Artigo 3.º

Definições

Para efeitos do presente regulamento considera-se:

- a) (...)
- b) (...)
- c) (...)
- d) (...)
- e) (...)

[f\) «Fogo vago», fogo devoluto de pessoas e bens na posse da Entidade Gestora](#)

Artigo 4º

Desocupação

1. (...)

2. A desocupação é efectuada pela Policia Municipal mediante pedido formulado pela Entidade Gestora.

2. (...)

3. Os ocupantes são notificados pela Polícia Municipal dos fundamentos de facto e de direito que determinam a desocupação e do prazo de noventa dias úteis, para procederem à desocupação voluntária da habitação municipal, deixando-a livre e devoluta.

3. (...)

4. Os ocupantes podem dar conhecimento da notificação para desocupação à entidade local representante dos moradores que, nos termos do artigo 53º do Código de Procedimento Administrativo, tem legitimidade para intervir no processo na defesa dos interesses daqueles.

4. (...)

5. No acto da notificação, a Polícia Municipal elabora relatório descritivo da situação que remete para a Entidade Gestora.

5. (...)

6. O incumprimento do disposto no n.º 3 implica a desocupação coerciva executada pela Polícia Municipal e o transporte adequado dos bens existentes no interior da habitação para um depósito municipal.

6. (...)

7. Os agregados familiares a desocupar devem no acto da notificação referida no nº 3 ser encaminhados para efectuar pedido de habitação ao abrigo do Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal e para a Rede Social.

7. (...)

7-A. Exceptuam-se dos números 2 a 7 as ocupações não autorizadas de fogos vagos, cuja desocupação é efectuada de imediato pela Policia Municipal por conhecimento desta ou a pedido da Entidade Gestora, transportando-se os bens existentes no interior da habitação para depósito municipal.

8. A ocupação não autorizada está sujeita à denúncia criminal obrigatória, nos termos do disposto no artigo 242.º do Código de Processo Penal.

8. (...)